9 - Inovação na Política sobre Drogas: A Implementação dos CAIS-Escola UNIFESP como Estratégia de Prevenção Ampliada

Innovation in Drug Policy: The Implementation of the UNIFESP CAIS Service-Learning Centres as an Expanded Prevention Strategy

Luciana Togni de Lima e Silva Surjus[1]
Paula Andrea Martins[2]
Maria Inês Badaró Moreira[3]
Danielle Marinho Rabelo[4]
Juliana Vicente de Freitas[5]
Andressa Sena da Silva[6]
André Silva Contrucci[7]
Maria Sônia Lins[8]
Débora Maria da Silva[9]

RESUMO

Como estratégia permanente da política nacional sobre drogas, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas instituiu os Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social (CAIS), com vistas a consolidar um modelo de cuidado

[1] Coordenadora-geral do Projeto de Implementação de CAIS Escola da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) na Baixada Santista. Docente do Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva da Unifesp, líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão DiV3rso: Saúde Mental, Redução de Danos e Direitos Humanos e coordenadora de Saúde Mental do Núcleo de Saúde Digital da Unifesp. Terapeuta ocupacional. Pós-doutora em Psicobiologia, doutora e mestra em Saúde Coletiva e especialista em Saúde Pública. ORCID: 0000-0002-3419-9797. E-mail: luciana.surjus@unifesp.br.

[2] Vice-coordenadora-geral do Projeto de Implementação de CAIS Escola da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) na Baixada Santista. Docente do Departamento de Ciências do Movimento Humano da Unifesp, coordenadora do grupo de pesquisa em Sistemas Alimentares e Agroecologia e vice-líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão DiV3rso: Saúde Mental, Redução de Danos e Direitos Humanos na Unifesp. Nutricionista. Doutora e mestra em Ciências. ORCID: 0000-0002-3857-1656. E-mail: paula.martins@unifesp.br.

[3] Professora associada da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Baixada Santista, no Curso de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências da Saúde. Psicóloga. Possui pós-doutorado em Saúde Coletiva. Doutora e mestra em Psicologia. ORCID: 0000-0001-5798-2023. E-mail: maria.ines@unifesp.br.

[4] Secretária do projeto CAIS Escola UNIFESP, servidora e integrante do Div3rso. Formada em Gestão de Políticas Públicas. E-mail: danielle.rabelo@unifesp.br.5

[5] Coordenadora do CAIS Escola Div3rso da Unifesp, membra do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Div3rso da Unifesp e psicóloga. Mestra em Ensino em Ciências da Saúde pela UNIFESP. E-mail: jv.freitas@unifesp.br.

territorial na perspectiva de garantia de direitos, inclusão social e redução das vulnerabilidades. Descrever o processo de implementação em curso de três CAIS Escola Unifesp na Baixada Santista. Relato de experiência realizado a partir dos registros em documentos de gestão e relatórios técnicos de monitoramento. A implementação dos CAIS Escola Unifesp está sendo realizada por meio de serviços-escola, agregando ações de ensino, pesquisa e extensão. Processos formativos participativos têm promovido a articulação entre saberes para a construção de ações que dialoguem e respondam às necessidades das populações e territórios de interesse prioritário. O suporte entre pares tem se configurado como estratégico na aproximação e engajamento da população de interesse, além de produzir novos lugares sociais para pessoas vulnerabilizadas, a partir da produção intelectual oriunda das experiências. A criação dos CAIS representa uma mudança importante na política brasileira sobre drogas, deslocando o foco do controle do comportamento individual para a redução das vulnerabilidades sociais. A implementação dos CAIS Unifesp tem demonstrado a potência da articulação universidade-comunidade para a implementação de políticas inovadoras, por meio dos serviços-escola. A dimensão formativa tem sido tomada como elemento fundamental para um cuidado emancipatório e o suporte entre pares como dispositivo de restituição de direitos e cidadania. Compreendemos que cuidar de forma emancipatória se dá por meio da ampliação do conhecimento e da formação de coletivos que se cuidam. A produção de conhecimento por meio da pesquisa no campo da ciência de implementação e da análise sistemática dos dados de monitoramento permitirá que contribuamos na sistematização de evidências que orientem tomadas de decisão.

Palavras-chave: redução de danos; violência de Estado; direitos humanos; políticas públicas.

[6] Presidente da Liga Interdisciplinar de Saúde LGBT+ da Unifesp (LAIS LGBT+) e pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Div3rso da Unifesp. Graduanda em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Paulo. E-mail: andressa.sena@unifesp.br.

[7] Coordenador do CAIS Escola Calunga da Unifesp, em São Vicente, psicólogo e redutor de danos. Especialista em Psicologia Clínica. E-mail: acontrucci@gmail.com.

[8] Coordenadora do Centro de Acesso a Direitos e Inclusão Social Escola – CAIS Mães de Maio por Direitos. Educadora social e pesquisadora social do Centro de Arqueologia Forense – CAAF Unifesp. E-mail: sonialinsmartins4@gmail.com.

[9] Coordenadora e fundadora do movimento Mães de Maio. Coordenadora do Centro de Memória às Vítimas da Violência de Estado (CMVV). Pesquisadora do Centro de Arqueologia Forense – CAAF Unifesp. E-mail: debi1977@gmail.com.

ABSTRACT

As a permanent strategy within Brazil's National Drug Policy, the National Secretariat for Drug Policy established the Centres for Access to Rights and Social Inclusion (CAIS) with the aim of consolidating a territorial model of care grounded in the promotion of human rights, social inclusion, and the reduction of social vulnerabilities. To describe the ongoing implementation process of three Unifesp CAIS Teaching Centres in the Baixada Santista region of São Paulo. This experience report was based on records from management documents and technical monitoring reports. The implementation of the Unifesp CAIS Teaching Centres has been carried out through university-based teaching services integrating teaching, research, and community engagement. Participatory educational processes have fostered the integration of different forms of knowledge to develop actions that respond to the needs of priority populations and territories. Peer support has emerged as a strategic approach for reaching and engaging the target population while also creating new social roles for people experiencing vulnerability through the production of knowledge derived from lived experience. The establishment of the CAIS represents a significant shift in Brazilian drug policy, moving the focus from the control of individual behaviour towards the reduction of social vulnerabilities. The implementation of the Unifesp CAIS has demonstrated the potential of university–community partnerships for implementing innovative public policies through university-based teaching services. The educational dimension has been regarded as a fundamental element of emancipatory care, while peer support has functioned as a mechanism for restoring rights and citizenship. We understand emancipatory care as being achieved through the expansion of knowledge and the development of collectives capable of caring for one another. The production of knowledge through implementation science research, together with the systematic analysis of monitoring data, will enable us to contribute to the generation of evidence capable of informing policy and decision-making.

Keywords: harm reduction; state violence; human rights; public policy.

1 INTRODUÇÃO

As Diretrizes Internacionais sobre Direitos Humanos e Política de Drogas (ONU, 2019) reconheceram que políticas públicas repressivas podem intensificar os danos associados ao uso de drogas, indicando que os Estados devem construir sistemas que promovam saúde, justiça e dignidade para todas as pessoas que tenham qualquer envolvimento com drogas. Tal perspectiva convoca ao desenvolvimento de abordagens baseadas na garantia e promoção dos direitos humanos, ressaltando ainda a necessidade de disponibilidade e acessibilidade a serviços de redução de riscos e danos sociais e à saúde.

No Brasil, o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (PLANAD) é o principal instrumento de planejamento da Política Nacional sobre Drogas no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Sua recente atualização para o período de 2026 a 2030 (CONAD, 2026) foi construída mediante ampla participação social e institucional, reconhecendo o fenômeno como complexo, multifacetado, que atravessa dimensões sociais, econômicas, culturais, sanitárias, ambientais e de segurança pública. Neste caminho, propõe a organização da política nacional em uma perspectiva intersetorial, participativa e orientada por evidências como uma estratégia nacional integrada de desenvolvimento social, prevenção, redução de danos, cuidado, segurança pública cidadã, governança, produção de conhecimento e cooperação internacional.

O plano enfatiza a redução das vulnerabilidades sociais associadas ao fenômeno das drogas, mediante políticas de inclusão produtiva, educação, cultura, esporte, habitação, assistência social e promoção dos direitos humanos, visando ao fortalecimento de ações contínuas, territorializadas e fundamentadas em evidências científicas. Este modelo prioriza intervenções que desenvolvam fatores de proteção ao longo do ciclo de vida, com vistas a minimizar riscos e danos sociais e à saúde relacionados ao uso de drogas, respeitando a autonomia, a dignidade e os direitos das pessoas, por meio da ampliação das ofertas e do fortalecimento das redes de cuidado, da qualificação dos serviços e da articulação intersetorial (CONAD, 2026).

Como estratégia permanente da política nacional sobre drogas, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) instituiu os Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social (CAIS), equipamentos públicos voltados à prevenção ampliada e à redução de vulnerabilidades em territórios impactados pela violência e mercados de drogas (Brasil, 2026b). São concebidos como espaços de convivência, escuta qualificada, acolhimento e construção de vínculos e devem funcionar como equipamentos intersetoriais, capazes de integrar ações de saúde, assistência social, educação, cultura, trabalho, justiça, habitação, documentação civil e fortalecimento comunitário, conectando pessoas às redes públicas existentes, incidindo nas barreiras institucionais de acesso e promovendo trajetórias de inclusão.

A partir do conceito de prevenção ampliada, os CAIS devem operar uma abordagem que integra prevenção ao uso de álcool e outras drogas, promoção da cidadania e segurança cidadã, por meio do fortalecimento de políticas públicas capazes de ampliar oportunidades de inclusão social e oferecer alternativas econômicas sustentáveis para

populações historicamente marginalizadas. Assim, prevenir não significa apenas evitar o início do uso de drogas, mas promover condições que favoreçam o desenvolvimento saudável, a autonomia, a cidadania e a garantia de direitos, enfrentando também os determinantes sociais das vulnerabilidades relacionadas ao uso de drogas, à violência e ao recrutamento pelo crime organizado (Brasil, 2026c).

A lógica dos CAIS está alinhada aos princípios centrais da prevenção ampliada ao oferecer uma resposta intersetorial, territorializada e centrada nas pessoas. Seu funcionamento favorece a construção de redes de cuidado, o fortalecimento dos vínculos comunitários, a participação social e o protagonismo dos sujeitos, contribuindo para o desenvolvimento de "territórios preventivos". Nessa perspectiva, a prevenção deixa de ser entendida apenas como uma estratégia voltada à redução do consumo de drogas e passa a constituir uma política de promoção da cidadania, da justiça social e da segurança cidadã, capaz de enfrentar as desigualdades estruturais que produzem vulnerabilidades ao longo do ciclo de vida (Brasil, 2026c).]

1.1 POR QUE CAIS NA BAIXADA SANTISTA?

A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) é composta por nove municípios (Santos, São Vicente, Guarujá, Praia Grande, Cubatão, Bertioga, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe), concentrando uma população superior a 1,9 milhão de habitantes, distribuída em um território caracterizado por intensa urbanização, importantes áreas ambientais protegidas e uma das maiores concentrações populacionais do litoral brasileiro. Santos possui aproximadamente 430 mil habitantes, apresentando um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do país, ao mesmo tempo em que convive com marcantes desigualdades socioespaciais - a região da orla reunindo elevados indicadores de renda, escolaridade e infraestrutura urbana, e a região dos morros, Zona Noroeste e demais áreas concentrando maiores índices de vulnerabilidade social, precarização habitacional e desigualdades no acesso a direitos.

A Baixada Santista ocupa posição estratégica na formulação e implementação da política brasileira sobre drogas por reunir características geográficas, econômicas, institucionais e históricas que a transformaram em um laboratório de experiências inovadoras, mas também de políticas de extermínio. A região abriga o Porto de Santos, maior porto da América Latina e principal porta de entrada e saída do comércio exterior brasileiro.

A intensa movimentação de cargas, pessoas e capitais faz do território um espaço estratégico para as rotas internacionais do tráfico de drogas, motivando significativa presença das forças de segurança pública, como também do crime organizado.

Na década de 1990, a região tornou-se uma das principais referências nacionais na construção de políticas públicas baseadas na redução de danos, protagonizando experiências pioneiras de distribuição de insumos de prevenção, trabalho territorial e abordagem comunitária voltadas inicialmente ao enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS entre pessoas que usam drogas injetáveis, formando quadros técnicos e acadêmicos que participaram posteriormente da formulação de políticas nacionais de saúde mental, redução de danos e atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas (Mesquita, 2020).

A violência policial na Baixada Santista acumula dados alarmantes que revelam um padrão de violência institucional marcado pelo uso ilegal da força, por execuções sumárias, pela atuação de grupos de extermínio com participação ou conivência de agentes públicos e pela incapacidade do sistema de justiça em investigar e responsabilizar os autores dessas violações (Justiça Global; Harvard Law School, 2011). Os Crimes de Maio de 2006 correspondem ao maior massacre perpetrado por agentes estatais no período democrático, e a persistência das práticas de violência policial, fragilidade dos mecanismos de controle externo das forças de segurança, influência da corrupção institucional e tolerância estatal diante de execuções extrajudiciais são identificadas também nas operações Escudo e Verão (Conectas Direitos Humanos *et al.*, 2024), mantendo modus operandi de crimes de vingança ou reação (FPSPPDSP, 2025).

O presente artigo propõe a sistematização da experiência de implementação em curso de três CAIS Escola na Baixada Santista, com vistas a incidir sobre desigualdades sociais estruturais, ampliar oportunidades formativas, de ofertas de cuidado e suporte social baseadas em princípios democráticos e direitos humanos, propostos numa parceria entre a Senad e a Universidade Federal de São Paulo, sob o compromisso de execução técnica em três eixos de ação: prestação de serviço, formação de pessoas e produção de evidências.

2 DESENVOLVIMENTO

A Universidade Federal de São Paulo é uma instituição de ensino superior, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação.

Conta com sete Campi, nove Unidades Universitárias e dois Hospitais Universitários, comportando 57 cursos de graduação, 123 cursos de pós-graduação, entre tantas ações, programas e dispositivos de produção de conhecimento (UNIFESP, 2026).

Há nove anos, foi criado, no Campus Baixada Santista, o Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão DiV3rso: Saúde Mental, Redução de Danos e Direitos Humanos[10], composto por docentes, discentes de graduação e pós-graduação, com crescente protagonismo e participação comunitária, e que tem se consolidado como referência para o cuidado emancipatório e decolonial, no campo da saúde mental, álcool e outras drogas. A idealização desse dispositivo de produção de conhecimento e transformação social nasce da atuação de sua liderança desde 2000 no campo da saúde mental pública, acumulando experiências de cuidado e gestão participativa, conduzindo um dos maiores processos de desinstitucionalização do país, além da estruturação de políticas e redes de atenção psicossocial[11].

As ações propostas pelo Grupo DiV3rso vêm transformando a Universidade, por meio de ações formativas, produção de materiais técnicos e de divulgação científica, mas especialmente por meio da ampliação do protagonismo comunitário, cujos resultados visam impactar a cultura vigente de estigmatização e criminalização que recai sobre usuários de drogas e pessoas em contextos de empobrecimento, atuando no fortalecimento e qualificação das políticas públicas, em consonância com as recomendações internacionais de integração intersetorial e promoção de equidade, por meio da avaliação dos determinantes sociais e econômicos do uso de drogas, promovendo ações estruturantes para combater o estigma, a pobreza e a exclusão social, além de medidas específicas de equidade de gênero, justiça racial e participação cidadã.

Foi a experiência prévia de ações de redução de danos em cenas de uso de drogas em Santos e São Vicente, bem como a estruturação de um espaço de convivência, que inspirou a proposição de participação do

[10] Cadastrado no Diretório de Grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1415367241242763

[11] Para saber mais, indicamos:
https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=WhmUSxYuyoQ
https://unifesp.br/campus/san7/images/ppgbb/ebook_cronicas_das_resistencias.pdf
https://tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/2000

DiV3rso na implementação da Rede CAIS (Surjus *et al.*, 2018; Surjus; Abreu, 2019; Surjus; Passador, 2021; Surjus; Dias, 2023; Surjus; Castro; Rosário, 2024). Diante do cenário de inúmeras barreiras de acesso às políticas públicas vigentes, das violências cotidianas e do impacto da criminalização, encarceramento e extermínio das existências contra-hegemônicas, o Grupo DiV3rso foi produzindo o que reconhecemos como parcerias para adiar o fim do mundo (Krenak, 2020) e segurar a queda do céu (Kopenawa; Albert, 2015), com atores engajados na defesa da vida e dos direitos humanos, como o Núcleo de Justiça Restaurativa de Santos-SP e a Promotoria Comunitária viabilizando o que por vezes significa para essa população o primeiro contato com a justiça não punitiva; e a Diocese de Santos-SP, que apoia a sustentação do espaço de banho solidário.

A necessidade de retomada de conhecimentos comunitários e ancestrais de cuidado, do resgate da compreensão da inseparabilidade da humanidade com a natureza, a partir ainda do reconhecimento do impacto do aquecimento global sobre o adoecimento e a articulação da indústria de destruição do meio ambiente com o tráfico de drogas, nos fez buscar junto aos povos originários conexões interculturais para resistência[12], reconhecendo a produção intelectual desses diferentes atores, forjada na experiência vivida e na cotidianidade da transmissão oral e atitudinal. Há quase 6 anos, em uma parceria com o povo Tupi-Guarani da Terra Indígena Piaçaguera, vamos construindo a proposição de uma redução de danos enquanto política decolonial, na intersecção da defesa do planeta e retomada da conexão saúde-proteção ao meio ambiente.

Mais recentemente, novos parceiros do Movimento de Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) têm agregado ao coletivo os conhecimentos sobre a luta pela terra, a reforma agrária, a segurança alimentar, a agroecologia e os sistemas agroflorestais. Tais trocas nos têm permitido enfrentar o epistemicídio e minimizar, como nos alerta Santos (2020), a distância entre os debates culturais, políticos e ideológicos em relação ao cotidiano vivido pela grande maioria da população. O autor nos chama a atenção à falta de mediação que políticos e intelectuais têm tido entre a ideologia e as necessidades e aspirações dos cidadãos comuns, para fazê-la tão

https://dci.unifesp.br/images/DCI/revistas/Entreteses/EntreTeses12_nov2019.pdf
https://youtu.be/SYaJyoii2_8?si=n5RrAGU0OuNgqSyc
https://youtu.be/i6VnAmaJS3w?si=CaFJmvajWqTW6JyT

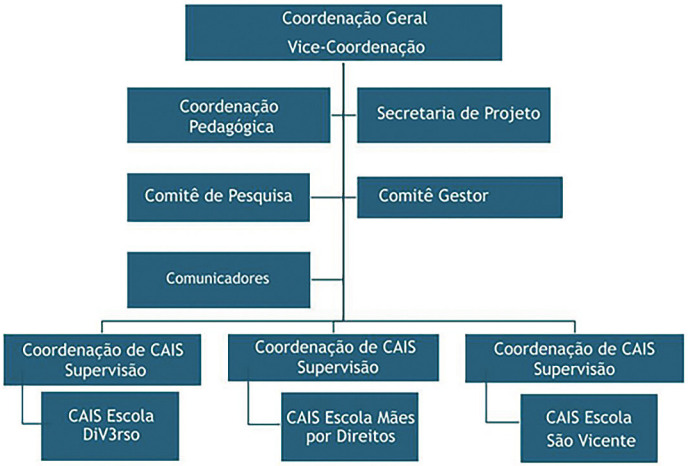
somente – a política, com as necessidades e aspirações dos mercados; e a intelectualidade, escrevendo entre si sobre o mundo, mas não com o mundo.

Nesse sentido, no percurso de alianças comunitárias do DiV3rso, a mais recente aproximação com o Movimento Independente Mães de Maio[13], criado diante das ações de violência de Estado em regiões periféricas, com efeitos avassaladores entre famílias e que luta há duas décadas por proteção, memória e justiça (Silva, 2011, 2019), fortalece o reconhecimento das narrativas vividas como fonte legítima de produção de conhecimento, passando a integrar processos investigativos que permitem revelar aspectos invisibilizados por registros oficiais (UNIFESP, 2019). Pesquisa realizada com o protagonismo das mães evidenciou que acontecimentos como chacinas que marcam nossa história recente não representam episódios isolados de violência policial, mas a expressão de um padrão de violência de Estado que atravessa a formação social brasileira e permanece ativo mesmo após a redemocratização (UNIFESP, 2019). O sofrimento dessas mães, que ultrapassa a perda dos filhos, sendo continuamente reproduzido pela ausência de respostas institucionais, pela criminalização das vítimas e pela demora ou inexistência de justiça, produziu junto à Unifesp transformações institucionais desde a incorporação de pesquisadores sociais até ao desenvolvimento de metodologias inovadoras de cuidado.

Coerentemente, portanto, com a trajetória do DiV3rso e com a missão da Universidade pública, propôs-se que a implementação dos CAIS na Baixada Santista se desse por meio de serviços-escola – CAIS Escola Unifesp, agregando ações de ensino, pesquisa e extensão, e intensa participação popular. Os CAIS Escola Unifesp vêm sendo estruturados desde a assinatura de um Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Senad em novembro de 2025, com gestão administrativa e financeira realizada por interveniência da Fundação de Apoio à Unifesp, prevendo a implementação de 3 CAIS Escola, contando com a estrutura de gestão técnica demonstrada na Figura 1.

[13] Conheça a história do Movimento Independente Mães de Maio: https://www.politize.com.br/maes-de-maio/

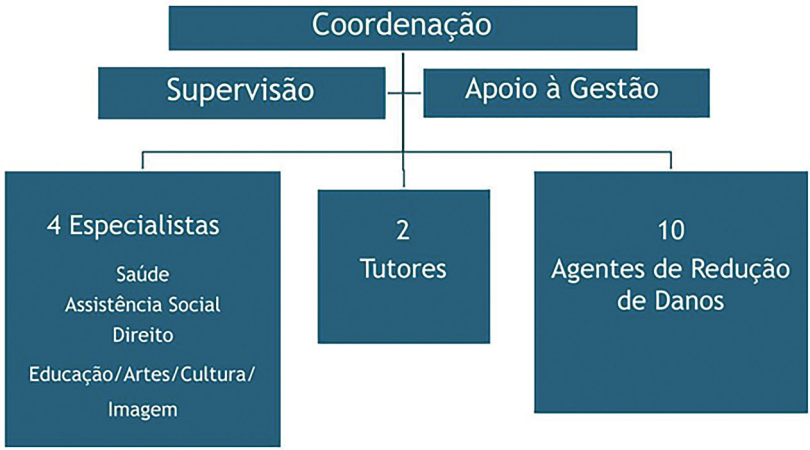
Figura 1 - Organograma da equipe de Gestão Técnica dos CAIS-Escola.



Fonte: Elaborada pelos autores (2026).

Com funcionamento de um período por dia, cinco dias por semana, propõe-se que os CAIS Escola Unifesp ofertem escuta, acolhimento psicossocial, acesso a informações seguras e qualificadas, orientação jurídica, articulação para acesso à rede intersetorial, lanche, descanso, atividades artísticas, culturais e ecológicas, banho e lavanderia, intervenções territoriais, de acordo com o contexto e território de implementação. Esses processos são organizados em Planos de Acesso a Direitos (PAD), elaborados de forma individualizada, de acordo com as demandas de cada participante, registradas no sistema de dados da SENAD, o SI-CAIS. As equipes dos CAIS Escola Unifesp são compostas por bolsistas selecionados por edital público, considerando sempre vagas de coordenação, supervisão, apoio à gestão, tutores, especialistas nas áreas da saúde, assistência social, direito e educação, artes, cultura ou imagem, com destaque para os agentes de redução de danos, membros das comunidades centrais aos cuidados propostos por cada CAIS (Figura 2).

Figura 2 - Composição da equipe dos CAIS-Escola.



Fonte: Elaborada pelos autores (2026).

Nesse período foi elaborado o projeto de pesquisa de implementação do CAIS "Estudo de implementação de Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social – CAIS Escola na Baixada Santista: Inovação na Política Nacional sobre Drogas", que foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo e encontra-se na etapa inicial de desenvolvimento.

Foi estabelecido Comitê Gestor da Pesquisa, que realizou visita ao Grupo de Pesquisa Laboratório Saúde Coletiva e Saúde Mental – Interfaces, do Departamento de Saúde Coletiva da UNICAMP, para intercâmbio e construção de parcerias para apoio no desenvolvimento do projeto de pesquisa de implementação dos CAIS-Escola da Baixada Santista.

2.1 ESTRATÉGIAS DE PROCESSOS FORMATIVOS: APOSTAS NA LIBERDADE COMO MODO DE CUIDAR

A estrutura dos CAIS Escola Unifesp articula os três pilares da Universidade, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, com protagonismo da comunidade, a partir do constructo teórico-prático da Desinstitucionalização, da Pedagogia da Autonomia e da Redução de

Danos que são três estruturantes teórico-práticos para a construção desta modalidade de CAIS.

Ao se fundamentar no paradigma da desinstitucionalização italiana, resguarda a referência da experiência conduzida por Franco Basaglia e sua equipe, cuja contribuição promoveu uma inflexão epistemológica, ética e política no campo da saúde mental. O ponto central está no deslocamento do próprio objeto das intervenções em saúde mental, ao ampliar o debate sobre a experiência do sofrimento psíquico e produzir práticas de cuidado comprometidas com a cidadania, a liberdade e o resgate dos direitos humanos (Basaglia, 1982). Ao redefinir o objeto da saúde mental como a existência-sofrimento dos sujeitos, compreendida em suas relações sociais, desloca-se o foco da doença para a complexidade das relações sociais, políticas, econômicas e culturais que atravessam a experiência do sofrimento, e direciona-se para práticas de cuidado territorializadas, interdisciplinares e orientadas para a produção de autonomia, de vínculos sociais e de direitos (Rotelli *et al.*, 2000).

A explicitação da concepção de desinstitucionalização como fundamento deste trabalho torna-se imprescindível, uma vez que formas historicamente hegemônicas de compreensão do sofrimento psíquico foram constituídas a partir de regimes de saber e de poder que produziram interpretações simplificadoras e individualizantes dessa experiência.

Neste sentido, o trabalho desenvolvido nos CAIS Escola Unifesp parte da reconstrução das condições concretas de exercício da cidadania, da circulação social, da produção de novos lugares de expressão, de pertencimento e de reconhecimento como sujeito de direito. A experiência de uma vida marcada pela exclusão social, pelas dores consequentes do abandono das políticas públicas forja o conhecimento talhado no próprio corpo, remetendo às saídas apontadas por hooks (2017, p. 83) "cheguei à teoria porque estava machucada". Alinhado a isso, este trabalho se fundamenta nos ensinamentos de Freire (2002, p. 85) em que defende que "O mundo não é. O mundo está sendo". Esta proposta efetiva um papel no mundo de quem intervém e busca mudanças a fim de transformá-lo.

Assim, passo a passo, todos os envolvidos se inserem como sujeitos nos círculos formativos de coprodução de conhecimento por meio do saber da experiência. A cena de produção de conhecimento é protagonizada por diferentes atores, a partir dos saberes advindos da experiência cotidiana permeada por barreiras de acesso, da busca pelo resgate de sua história e de suas memórias, pelos novos espaços de trocas sociais e apoio psicossocial entre pares.

No que diz respeito aos preceitos da Redução de danos, todas as experiências são convidadas a se colocar, "por mais estranhas, constrangedoras e desafiadoras que a distância entre nós possa parecer, buscando aliar pensamento crítico às experiências, favorecendo a construção de respostas a questões pessoais, rumo à identificação de possíveis planos comuns" (Surjus; Passador, 2021, p. 22).

Sob inspiração de hooks (2017), a teoria vai adquirindo um sentido ético, político e emancipatório, na medida em que emerge da experiência histórica de sujeitos oprimidos e se orienta para a superação desta relação de opressão. Assim, a valorização dos saberes emergentes na vivência de processos de exclusão atravessados pelas problemáticas se potencializa e se torna referência, garantindo representatividade que permite afirmar-se como recurso orientador para um percurso de formação comprometido com os valores da diversidade, da liberdade, e da transformação social, compondo estratégias de enfrentamento coletivo em resposta às mais diversas formas de exclusão e violência. Compreendemos que cuidar de forma emancipatória se dá por meio da ampliação do conhecimento e da formação de coletivos que se cuidam.

2.2 CAIS ESCOLA UNIFESP: FORTALECENDO E QUALIFICANDO A ESTRATÉGIA DO APOIO ENTRE PARES

Comprometida com um cuidado em saúde integral, que enfrente a desumanização imposta às populações de central interesse dos CAIS, que assegure os direitos humanos e promova justiça social, a implementação dos CAIS Escola Unifesp tem buscado fortalecer e qualificar metodologias emancipatórias, em especial aquelas que promovem suporte entre pares. O modelo, frequentemente definido como um sistema de suporte psicossocial, fundamentado no respeito, na reciprocidade e na responsabilidade compartilhada, transforma o espaço do cuidado através da experiência vivida, onde pessoas que partilham de semelhanças demográficas e/ou sociais participam de forma ativa, sistematizada e articulada nos espaços de saúde e assistência, compartilhando saberes e recursos de cuidado (Ser *et al.*, 2024).

Ser um par, de acordo com a literatura, implica transformar a experiência vivida, nesse contexto do uso radical de drogas, da situação de rua e da violência de Estado inerente a esses contextos, em conhecimento possível de vinculação e cuidado com o outro. Negando, portanto, o lugar social do usuário passivo da rede de saúde-assistência e assumindo

protagonismo no processo. Ainda, ser um Agente de apoio pressupõe estar em um processo de cuidado consigo que permita estar disponível para ser quem promove o cuidado, e, para inserção nos campos de atuação, depreende-se que este tenha se apropriado das dimensões do cuidado para articular as ações do serviço, não perdendo de vista a experiência vivida como saber técnico. Ao final, o modelo não se organiza em torno de uma figura profissional que detém o poder e o saber do cuidado, mas a partir de relações construídas por aqueles que partilham vivências sendo usuários dos serviços e tendo experienciado vulnerabilidades, violências, desigualdades sociais e/ou sofrimento psíquico.

Pesquisas evidenciam que os desfechos para os envolvidos são diversos e, em maioria, positivos. Shalaby e Agyapong (2020) apontam que o processo de tornar-se um apoiador par aumenta significativamente o engajamento do sujeito no dia a dia, reforça potencialidades e contribui para sua participação ativa e protagonismo. Além do aumento de autoestima, autonomia e confiança, os ganhos aos apoiadores estão relacionados também à condição de ser um apoiador; o trabalho fortalece o sentido de vida, reforçando identidade e sustentando a própria recuperação. Mahlke *et al.* (2014) mostram que, para as pessoas apoiadas, aquelas que estão na relação primeiro como usuárias dos serviços, os efeitos observados são relativos a ganhos de autonomia, motivação, confiança, autoestima, engajamento, pertencimento, participação social e protagonismo. É possível observar que há uma evidência de ganhos que não está relacionada diretamente a desfechos clínicos e médicos, apesar de ter sua parcela de influência em redução de reinternações e diminuição de sentimentos ansiosos e depressivos (Repper; Carter, 2011; Richard *et al.*, 2022), mesmo porque a dimensão afetiva e subjetiva do processo é tão transformadora e formativa em matéria de vida quanto os resultados tradicionais podem oferecer.

No contexto dos CAIS Escola, essa metodologia encontra um terreno fértil, visto que a propositura de organização é aliançada à promoção de direitos, redução de barreiras de acesso e inclusão social. Quando um dispositivo se propõe a cuidar, mas especialmente a ser ponte entre as pessoas e a rede de serviços, é imprescindível que o "como" seja digno na maneira de articulação, acolhimento, escuta e acompanhamento. Por isso, a inserção dos pares vem com a proposta de ampliar protagonismos e participação cidadã no processo, transmutando as "pessoas atendidas" em sujeitos ativos do fazer.

Para que essa articulação seja efetiva, existe uma dimensão prática importante do cuidado promovida pelos pares. Viking *et al.* (2022) indicam que, quando a troca dos pares sobre como transitar entre os serviços de saúde mental e assistência social, como preparar-se física e/ou mentalmente para consultas e outros compromissos demonstra compreensão profunda e sensível sobre o cotidiano, as escolhas e as dores do outro, o engajamento no processo de cuidado é maior. Isso porque a influência de alguém que já esteve em fragilidades semelhantes reduz o medo e a sensação de impotência, tornando o acesso a serviços e cuidados mais tangível.

Portanto, as atividades e ações propostas no CAIS, como rodas de conversa e escuta, atendimentos acompanhados, trocas de saberes, reuniões formativas, quando propostas em pares, podem ter maior fluidez e participação. Dessa forma, abre-se espaço para participação ativa, vinculação, formação e educação continuada, fortalecimento, acolhimento e tantos outros aspectos aliançados à dignidade humana, que acabam por reforçar o que o suporte entre pares também preconiza: não ser apenas uma ferramenta de cuidado, mas também um dispositivo de restituição de direitos e cidadania.

2.3 AS ESPECIFICIDADES DE CADA CAIS ESCOLA UNIFESP

2.3.1 CAIS Div3rso

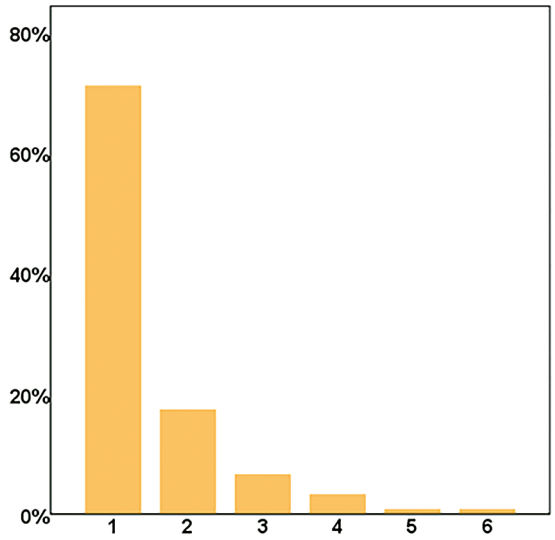
Partindo do nome do Grupo e dos projetos de extensão universitária que inspiraram o CAIS DiV3rso, estabeleceram-se processos seletivos públicos para, gradativamente, ir compondo a equipe, de modo a incorporar no nosso serviço as ações e parcerias previamente construídas, agenciando assim a realização de atividades culturais, de acolhimento e articulação de rede, de modo volante e ocupando o espaço enquanto a estrutura vai sendo plenamente viabilizada.

São realizadas ações de acolhimento ao longo da semana, com oferta de banho, lanche, descanso, escuta, rodas de conversa e música. Buscas ativas com o ônibus da Unifesp para viabilizar a mobilidade de pessoas mais fragilizadas, inseridas em cenas de uso de drogas, próximas à região, que podem então acessar as ações realizadas em parceria com o Projeto Multiverso Restaurativo, do Núcleo de Justiça Restaurativa de Santos, com a Equipe Multiprofissional de Saúde da Região Central e com a equipe do Núcleo de Saúde Digital da Unifesp, voltada para o cuidado à população em situação de rua.

Articula-se ainda com ações do Laboratório Kwerá de Medicina da Floresta, na organização de uma horta comunitária e trocas de saberes sobre cuidados naturais, ancestrais, coletivos e comunitários; e com o Projeto de Extensão Ambnut, para ações de fortalecimento da segurança alimentar, em articulação com equipamentos da assistência (CRAS). Em dias específicos são realizadas ações de acolhimento somente de mulheres e pessoas de gêneros dissidentes, no espaço do Instituto Procomum, parceiro territorial que acolhe provisoriamente a atividade, enquanto o espaço físico do CAIS se efetiva plenamente, por meio da aquisição de contêineres. Ações territoriais em parceria com Centro Pop, CRAS e Equipes Multiprofissionais de Saúde e da Coordenadoria de Controle de Doenças Infectocontagiosas viabilizam distribuição de insumos de prevenção de ISTs, materiais informativos, escutas e acolhimento. Apresentações do CAIS para serviços da rede de saúde, assistência social e sistema de garantia de direitos, bem como a participação em atividades culturais e de mobilização, em datas significativas ou agendas prévias, permitem maior capilarização das ações e enraizamento do CAIS na cultura da cidade.

Os dados dos participantes das atividades de convivência realizadas uma vez por semana nesse período foram analisados e são apresentados a seguir: foram realizados 177 atendimentos de 120 participantes. Na Figura 3 é possível observar que 35 participantes voltaram pelo menos uma vez às ações de convivência. O número de vezes que os participantes estiveram presentes nas ações variou de 1 até 6. O sistema de informações ainda não foi utilizado pela limitação de acesso à internet. Acreditamos que, no próximo mês, esse problema será sanado.

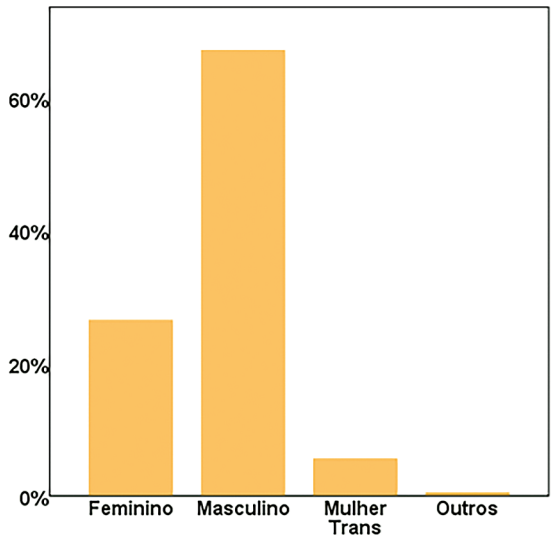
Figura 3 - Frequência de retornos dos participantes nas ações de convivência do CAIS-Div3rso. Santos, 2026.



Fonte: Elaborada pelos autores (2026).

A maior parte dos participantes relatou identidade de gênero masculino (figura 4).

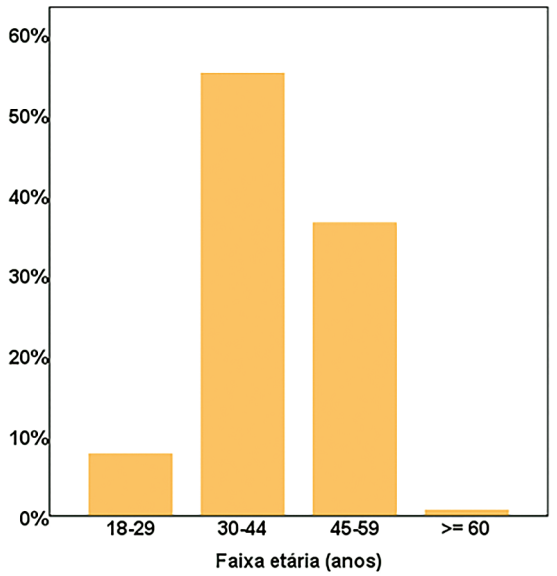
Figura 4 - Identidades de gênero[14] relatadas pelos participantes das ações de convivência do CAIS-Div3rso. Santos, 2026.



Fonte: Elaborada pelos autores (2026).

[14] As identidades de gênero Mulher/Homem cisgêneros, Mulher/Homem transgêneros, Travestis, Não binários e demais identidades ainda não foram incorporadas no sistema de registro, iniciando por um conjunto mais restrito, para que a incorporação seja acompanhada de um processo cuidadoso de reflexão e transformação nas relações, especialmente em ambientes predominantemente machistas.

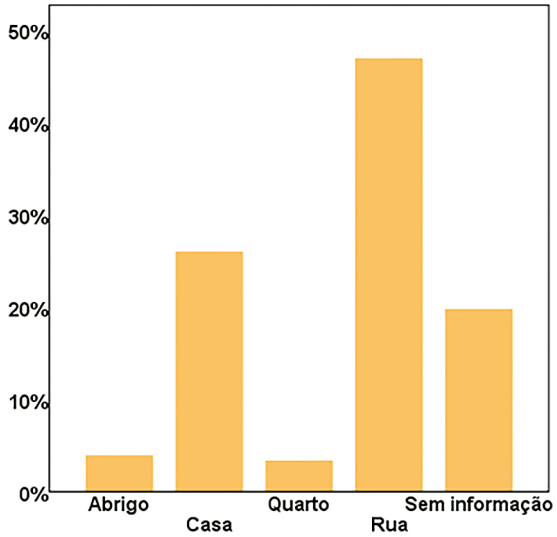
Figura 5 - Faixa etária relatada pelos participantes das ações de convivência do CAIS-Div3rso. Santos, 2026.



Fonte: Elaborada pelos autores (2026).

A maioria dos participantes relatou idade entre 30 e 44 anos (Figura 5). Na figura 6, são descritos os locais onde os participantes passam as noites. A maior parte relatou estar em situação de rua ou abrigada (63,5%).

Figura 6 - Local onde os participantes das ações de convivência do CAIS-DiV3rso passam as noites. Santos, 2026.



Fonte: Elaborada pelos autores (2026).

Cabe destacar que o crescimento de pessoas trans como parte da equipe tem propiciado abertura à maior chegada de pessoas trans em situação de extrema vulnerabilização, envolvendo violência, estigma e falta de acesso a direitos básicos. Tal identificação moveu a constituição de um espaço específico para mulheres e pessoas de gêneros dissidentes - o Manas, minas e monas, inspirado na experiência prévia da Escola Livre de Redução de Danos e do Centro de Convivência É de Lei. Percebemos ainda que a atuação em Redução de Danos tem produzido muito sentido também para trabalhadoras sexuais enquanto oportunidade que reconhece seus conhecimentos e propicia uma atuação de grande valor social.

2.3.2 CAIS Mães de Maio por Direitos

A política de proteção e reparação a pessoas vítimas de violência institucional, em especial a vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos

e da Cidadania (MDHC), está baseada em diferentes normativas e visa assegurar os direitos das vítimas e promover a justiça social; está fundamentada na defesa dos direitos humanos e busca criar um ambiente seguro e acolhedor para todos os cidadãos, especialmente aqueles que enfrentam situações de violência por parte de agentes do Estado, no âmbito do Sistema Nacional de Promoção dos Direitos Humanos, que articula estratégias entre diferentes esferas do governo e organizações da sociedade civil.

Em 2025 foi publicada a Portaria Interministerial MS/MDH nº 8.685, de 6 de novembro de 2025, que institui a Atenção Psicossocial a Vítimas de Violações de Direitos Humanos reconhecidas nos relatórios de mérito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e nas sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), a qual nos traz diretrizes importantes para a transversalização do cuidado e acolhimento de vítimas de violência institucional. Tais políticas são fundamentais, na medida em que apresentam um horizonte de produção de reparação, justiça, memória e verdade, sendo que a atuação intersetorial e em diálogo com os movimentos sociais e de vítimas de violência institucional constitui um dos pontos cruciais para o enfrentamento da realidade posta.

Em consonância com a compreensão do impacto desproporcional das políticas repressivas de combate às drogas sobre populações racializadas e expropriadas, em que o Estado se torna operador de políticas de extermínio e encarceramento, os CAIS Mães por Direitos são propostos enquanto dispositivos de acolhimento psicossocial, promoção de proteção e de reparação efetiva às vítimas. A Portaria Interministerial MIR/MDHC/MJSP/MS/MDS nº 19 instituiu a Estratégia Nacional Mães e Familiares por Direitos, um programa de acolhimento, escuta e reparação para vítimas de violência institucional e seus familiares, estratégia proposta para garantia do acesso à justiça, memória e direitos às famílias, e orienta a direção ética dos CAIS Mães por Direitos (Brasil, 2026a).

O CAIS Escola Mães de Maio por Direitos, assim denominado em reconhecimento aos esforços e ao acúmulo do Movimento Independente Mães de Maio, numa trajetória de 20 anos de luta, vem sendo implementado, em articulação ao Centro de Memórias de Vítimas de Violência de Estado (CMVV). Entendemos que a trajetória do Movimento constitui vasta produção intelectual que articulou, nos campos do direito, educação, arte, cultura e cuidado entre pares, mais que estratégias de

denúncia e sobrevivência, resistência, produção de vida e indução de políticas públicas orientadas pelas necessidades produzidas no contexto de violência estatal e impunidade (González; Silva, 2024).

Cabe ressaltar que a equipe do CAIS Mães de Maio por Direitos é composta de modo a garantir a diversidade racial e étnica, com profissionais negras, indígenas e familiares de vítimas, tendo como agentes redutores de danos mães, filhas e irmãs de vítimas de violência policial além de jovens inseridos em territórios onde tais violências incidem.

A agenda dos 20 anos dos crimes de maio, com atos em Santos e São Paulo, foi tomada como guia para a imersão formativa primeira da equipe do CAIS Mães de Maio por Direitos, favorecendo a compreensão sobre o sentido do CAIS no contexto de acolhimento psicossocial das mães e famílias vítimas de violência de Estado e de prevenção da mortalidade da juventude negra e periférica. Agendas comuns entre os CAIS DiV3rso e CAIS Mães de Maio por Direitos foram realizadas para aproximações das temáticas entre a Política sobre Drogas e as violências de Estado, além da atenção psicossocial, a luta antimanicomial, o cuidado às pessoas que usam drogas e demais temáticas de interesse, bem como atividades culturais, proporcionando aprendizados, troca de experiências e fortalecimento dos vínculos entre as participantes.

Tomando o Movimento Mães de Maio como método, a equipe tem realizado encontros semanais para estudo e reconhecimento da trajetória, dos materiais técnicos e outros registros produzidos, para a compreensão e aprendizado sobre as estratégias de resistência e incidência política durante os 20 anos de luta. As elaborações desse período apontam para a necessidade de compor os saberes técnicos e saberes da experiência, valorizando a produção intelectual sobre a temática, fortalecendo a ideia do cuidado entre pares. Dessa forma, os esforços de composição da equipe, incluindo profissionais alinhados eticamente com tais caminhos, mães e familiares vítimas de violência de Estado e juventude periférica, nos parecem favorecer o êxito das ofertas de cuidado no sentido do acolhimento e fortalecimento da comunidade.

Com a ampliação da coerência da equipe técnica, propuseram-se ações territoriais com serviços parceiros, apresentando o CAIS e abrindo escutas às comunidades para construção de ofertas sensíveis às realidades locais, como rodas de conversa com os jovens periféricos, acolhimento e integração com outras mães, por meio do diálogo, de espaços protegidos de convivência, relaxamento e cuidado. Como ferramentas que agenciam

educação popular como estratégias de produção de saúde, recursos audiovisuais como clipes musicais[15] e documentários[16] apoiam discussões e inquietações da realidade violenta vivenciada cotidianamente.

As escutas territoriais e os debates sobre o sofrimento gerado pela violência estatal vêm evidenciando a necessidade de inclusão de populações no escopo de atuação dos CAIS Mães por Direitos, como crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, jovens inseridos no sistema socioeducativo, mães com a maternidade sequestrada pelo Estado (Souza; Vicentin, 2024) diante da retirada de seus filhos sob justificativa do uso de drogas, além de mães e familiares de pessoas encarceradas. O abraço, identificado por Silva (2011; 2019) e ouvido por Gastón Consentino, como único recurso que consola diante de dores violentas, tem sido debatido enquanto tecnologia de enfrentamento da desumanização feita pelo Estado, para a estruturação de respostas que acolham e produzam novos viveres.

O processo de construção e implementação do CAIS Mães de Maio por Direitos foi apresentado no 10º Congresso Brasileiro de Saúde Mental, sendo um dos trabalhos premiados pela Comissão do Congresso.

2.3.3 CAIS São Vicente

Ainda em processo inicial de estruturação, o CAIS São Vicente vem sendo pactuado em parceria com o Instituto Adesaf (Articulação de Tecnologias Sociais e Ações Formativas), Organização da Sociedade Civil (OSC) que atua há 25 anos em São Vicente, São Paulo, desenvolvendo projetos nas áreas de saúde, direitos humanos, inclusão social e primeiro emprego. Tal parceria nos pareceu fundamental para atuação mais orgânica no território, haja vista que, apesar da relação da Unifesp com toda a Baixada Santista, a inserção territorial no Município não é tão capilar.

[15] https://youtu.be/b4UxU74m2v8?si=Ti7BVlWodLMWbINk; https://youtu.be/qjFQA9MswkM?si=lTD71FGIkngG7NhE

[16] https://youtu.be/j6Sp9Z9DXj0?si=_1adNY-2JMs37Fr-; https://globoplay.globo.com/nao-saia-hoje/t/tMTRPFZwbG/

O município de São Vicente apresenta características que o tornam um território singular na Baixada Santista e profundamente desigual. Ao Leste faz fronteira com a cidade de Santos, com o maior Porto da América Latina; ao norte, faz divisa com Cubatão, município que abriga um dos mais importantes polos industriais do Estado de São Paulo e o maior polo químico e petroquímico da América Latina. Sua proximidade com o Porto de Santos e com os principais corredores logísticos do país confere à região intensa circulação de pessoas, mercadorias e trabalhadores, ampliando a complexidade das demandas sociais e sanitárias compartilhadas entre os municípios. Com mais de 360 mil habitantes, dimensões geográficas que articulam área insular e continental, concentra intensos fluxos populacionais, forte dependência do poder público como principal fonte formal de trabalho e renda, além do comércio popular, servindo para boa parte da população como cidade-dormitório de trabalhadores, esgotados pela precarização do trabalho, e trânsito para o fluxo turístico da região que corta a cidade. Em tal cenário convivem cenas abertas de uso e tráfico de drogas, violências no entorno das rodovias, estigmatizando a cidade frente às demais da região.

A população da área continental é marcada por maiores restrições de acesso a serviços públicos, oportunidades econômicas e trajetórias formativas, o que aprofunda a vulnerabilidade social de seus moradores. No entanto, é na ilha que a miséria vira destaque. Embora concentre parte importante da infraestrutura urbana, é também uma forte vitrine para as desigualdades sociais a céu aberto, nas principais praças e calçadas dos comércios da cidade, a população em extrema vulnerabilidade acumula-se em busca da sobrevivência por mais um dia, formando as mais diversas cenas e fluxos de uso de drogas, bem no centro administrativo e comercial da cidade. Sem um plano de cuidado e justiça social voltado a esta população, com serviços pontuais de iniciativas de Estado que em si não fortalecem a autonomia e o cuidado em liberdade das pessoas vitimadas por tais desigualdades, ações desenvolvidas pelo poder público que mais visam conduzir esta população para longe dos espaços turísticos da ilha violam, estigmatizam e vulnerabilizam ainda mais tais pessoas.

Foi a partir dessa realidade que, em 2023, o Grupo Div3rso da Unifesp iniciou projetos de redução de danos em São Vicente. Mais do que reproduzir metodologias já consolidadas, a experiência buscou construir respostas produzidas com o território. A opção por compor equipes que reuniram profissionais, estudantes e membros da própria comunidade constituiu um elemento central da proposta, permitindo o estabelecimento

de vínculos com uma população frequentemente submetida ao estigma, à violência institucional e à ruptura de relações de confiança com os serviços públicos.

A presença da equipe em cenas abertas de uso de drogas da cidade foi elemento provocador e determinante para que, em janeiro de 2024, fossem reestruturados/retomados os trabalhos do COMAD (Conselho Municipal de Políticas sobre Álcool e outras Drogas) da cidade, há muitos anos desativado. Nesse contexto, compreendemos que a oportunidade de implementação do CAIS Escola São Vicente pode contribuir para o fortalecimento de estratégias territorializadas de cuidado, apoiando trabalhadores dos serviços disponíveis e ampliando a formação de novos quadros para a atuação diante das novas orientações da Política sobre Drogas, potencializando iniciativas comunitárias e locais nos campos ainda da cultura, arte e cidadania. Nesse momento, a equipe gestora do CAIS São Vicente prepara-se para a seleção da equipe técnica, prevista para iniciar sua atuação em agosto de 2026.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação dos Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social representa uma mudança importante na política brasileira sobre drogas, deslocando o foco do controle do comportamento individual para a redução das vulnerabilidades sociais. A implementação dos CAIS Escola Unifesp tem demonstrado a potência da articulação universidade-comunidade para a implementação de políticas inovadoras, por meio dos serviços-escola.

A dimensão formativa tem sido tomada como elemento fundamental para um cuidado emancipatório e o suporte entre pares como dispositivo de restituição de direitos e cidadania. Compreendemos que cuidar de forma emancipatória se dá por meio da ampliação do conhecimento e da formação de coletivos que se cuidam. A produção de conhecimento por meio da pesquisa no campo da ciência de implementação e da análise sistemática dos dados de monitoramento permitirá que contribuamos na sistematização de evidências que orientem tomadas de decisão.

4 REFERÊNCIAS

BASAGLIA, F. (org.). **A instituição negada**: relato de um hospital psiquiátrico. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BRASIL. Ministério da Igualdade Racial; Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério da Saúde; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Portaria Interministerial MIR/MDHC/MJSP/MS/MDS nº 19, de 24 de março de 2026. Institui a Estratégia Nacional de Atenção, Apoio e Acesso à Justiça para Vítimas de Violência Institucional e suas Mães e Familiares - Estratégia Nacional Mães e Familiares por Direitos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 163, n. 57, p. 122, 25 mar. 2026a. Disponível em: in.gov.br. Acesso em: 10 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria MJSP nº 1.245, de 26 de junho de 2026. Estabelece diretrizes de articulação, cooperação e apoio técnico a ações de acesso a direitos e inclusão social, denominadas Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social (CAIS), no âmbito da política sobre drogas. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 29 jun. 2026b.

BRASIL. Ministério da Saúde; Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Portaria Interministerial MS/MDH nº 8.685, de 6 de novembro de 2025. Institui a Atenção Psicossocial a Vítimas de Violações de Direitos Humanos, no âmbito do Ministério da Saúde e do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 219, p. 92, 14 nov. 2025. Disponível em: in.gov.br. Acesso em: 10 jul. 2026.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD). **Sistema de Prevenção Ampliada**: promovendo um marco integrado, ancorado na comunidade e orientado para o desenvolvimento na política sobre drogas para enfrentar os desafios contemporâneos de segurança pública por meio de esforços coordenados. Conference Room Paper apresentado na 69ª sessão da Comissão sobre Entorpecentes das Nações Unidas (CND). Viena: Organização das Nações Unidas, 2026c.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS et al. **II Relatório de Monitoramento de Violação de Direitos Humanos na Baixada Santista durante a Segunda Fase da Operação Escudo**. São Paulo: Conectas Direitos Humanos, 2024.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS (CONAD). **Plano Nacional de Políticas sobre Drogas 2026–2030**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/subcapas-senad/conad/atos-do-conad-1/2026/planad-2026-2030.pdf. Acesso em: 23 set. 2026.

FÓRUM POPULAR DE SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍTICA DE DROGAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Mapa da letalidade policial por batalhão**: capital e Baixada Santista (2024–2025). São Paulo: Fórum Popular de Segurança Pública e Política de Drogas do Estado de São Paulo, 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GONZÁLEZ, Y.; SILVA, D. M. Democracy's Debt: State Violence and the Persistence of Impunity in Brazil. **LASA Forum**, v. 55, n. 2, p. 16-19, 2024. Disponível em: https://forum.lasaweb.org/files/vol55-issue2/dossier-impunidad-3.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

JUSTIÇA GLOBAL; HARVARD LAW SCHOOL. International Human Rights Clinic. **São Paulo sob achaque**: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2011.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MAHLKE, C. I. et al. Peer support in mental health services. **Current Opinion in Psychiatry**, v. 27, n. 4, p. 276–281, 2014. DOI: 10.1097/yco.0000000000000074.

MESQUITA, F. Redução de danos. **Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 10-17, 2020. Disponível em: https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/34613. Acesso em: 10 jun. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Diretrizes Internacionais sobre Direitos Humanos e Políticas de Drogas**. Genebra: ONU, 2019. Disponível em: https://www.humanrights-drugpolicy.org/site/assets/files/1672/hrdp_guidelines_portugese_2020.pdf. Acesso em: 9 jul. 2026.

REPPER, J.; CARTER, T. A review of the literature on peer support in mental health services. **Journal of Mental Health**, v. 20, n. 4, p. 392-411, 2011. DOI: 10.3109/09638237.2011.583947.

RICHARD, J. et al. Scoping review to evaluate the effects of peer support on the mental health of young adults. **BMJ Open**, v. 12, n. 8, 2022. DOI: 10.1136/bmjopen-2022-061336.

ROTELLI, F. et al. **Desinstitucionalização**. São Paulo: Hucitec, 2000.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SÃO PAULO (Estado). Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo. **Relatório Anual 2024**: A fala da cidadania. São Paulo: Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, 2025.

SER, H. X. E. et al. Experiences of certified peer support specialists providing formal peer support in mental health services: a systematic review and meta-synthesis. **International Journal of Mental Health Nursing**, v. 33, n. 6, p. 1988-2004, 2024. DOI: 10.1111/inm.13415.

SHALABY, R.; AGYAPONG, V. I. O. Peer Support in Mental Health - Literature Review. **JMIR Mental Health**, v. 7, n. 6, 2020. DOI: 10.2196/15572.

SILVA, D. M. (org.). **Do luto à luta**. Mães de Maio. São Paulo: Giramundo Artes Gráficas, 2011.

SILVA, D. M. (org.). **Memorial dos nossos filhos vivos**: as vítimas invisíveis da democracia. Mães de Maio. São Paulo: Editora Nós por nós, 2019.

SOUZA, I. S.; VICENTIN, M. C. G. Redes vivas de saúde frente às maternidades sequestradas. **PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru**, [S. l.], v. 3, p. 1-18, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.59099/prpub.2024.64.

SURJUS, L. T. L. S. et al. **Drogas e direitos humanos**: protagonismo, educação entre pares e redução de danos. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo; Fundação Oswaldo Cruz, 2018.

SURJUS, L. T. L. S.; ABREU, D. A. Redução de Danos: clínica aberta para desinstitucionalização das relações entre pessoas e drogas. In: EMERICH, Bruno Ferrari; ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa (org.). **SaúdeLoucura 10**. São Paulo: Hucitec, 2019. p. 250-272.

SURJUS, L. T. L. S.; CASTRO, J. K.; ROSÁRIO, K. B. (org.). **Redução de Danos como política decolonial**: enfrentamento coletivo e amoroso aos efeitos da guerra às drogas sobre populações em situação de vulnerabilidade. Santos: Universidade Federal de São Paulo, 2024.

SURJUS, L. T. L. S.; DIAS, M. K. (org.). **Políticas e práticas de promoção de equidade**: usos de drogas e enfrentamento de desigualdades. Curitiba: CRV, 2023.

SURJUS, L. T. L. S.; PASSADOR, L. H. (org.). **Por uma redução de danos decolonial**. Santos: Universidade Federal de São Paulo, 2021. ISBN 978-65-87312-19-4.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). **Relatório de Gestão 2025**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2026. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/items/ca184f9a-8802-4289-b964-805371a1cd1e. Acesso em: 23 set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF). **Violência de Estado no Brasil**: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição: relatório final. São Paulo: Unifesp, 2019.

VIKING, T. et al. Peer support workers' role and expertise and interprofessional learning in mental health care: a scoping review. **Journal of Interprofessional Care**, v. 36, n. 6, p. 828–838, 2022. DOI: 10.1080/13561820.2021.2014796.